

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-824

**NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS E
ESTÁGIOS DE PÓS-FORMAÇÃO DA ESCOLA DE
ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA**

2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-824

**NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS E
ESTÁGIOS DE PÓS-FORMAÇÃO DA ESCOLA DE
ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA**

2022

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE ENSINO – DPE

NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS E ESTÁGIOS DE PÓS-FORMAÇÃO DA ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA – ICA 37-824

A ICA 37-824, aprovada pela Portaria DIRENS Nº 179/PFG, de 29 de dezembro de 2021, é assim modificada:

1 CORREÇÃO

PÁGINA	ITEM
8	1.3.11
9	1.3.13
17	6
18	6

2 ARQUIVO

Depois de efetuar as substituições, archive esta folha após a página de rosto da publicação original.

3 APROVAÇÃO

Portaria DIRENS Nº 264/DPE, 3 de agosto de 2022.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 264/DPE, DE 3 DE AGOSTO DE 2022.

Aprova a primeira modificação das
“Normas Reguladoras para os Cursos e
Estágios de Pós-Formação da Escola de
Especialistas de Aeronáutica” ICA 37-
824.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a primeira modificação da ICA 37-824 “Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios de Pós-Formação da Escola de Especialistas de Aeronáutica”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 179/PFG, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aprova a reedição da Instrução que estabelece as “Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios de Pós-Formação da Escola de Especialistas de Aeronáutica” ICA 37-824.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-824 “Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios de Pós-Formação da Escola de Especialistas de Aeronáutica”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

Art. 3º Revoga-se a portaria DIRENS Nº 93/SFA, de 1º de junho de 2021.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
<u>1.1 FINALIDADE.....</u>	<u>7</u>
<u>1.2 ÂMBITO.....</u>	<u>7</u>
<u>1.3 CONCEITUAÇÕES.....</u>	<u>7</u>
<u>1.4 SIGLAS E ABREVIATURAS.....</u>	<u>10</u>
<u>1.5 APLICABILIDADE.....</u>	<u>11</u>
<u>1.6 COMPETÊNCIAS.....</u>	<u>11</u>
2 CONDIÇÕES PARA A ORDEM DE MATRÍCULA NOS CURSOS DE PÓS- FORMAÇÃO.....	13
3 MATRÍCULA.....	14
4 DESISTÊNCIA DEFINITIVA DURANTE O CURSO.....	15
5 ACOMPANHAMENTO DO CORPO DISCENTE DURANTE O CURSO.....	16
6 DESLIGAMENTO DO CURSO.....	17
7 REMATRÍCULA.....	19
8 APROVAÇÃO E DIPLOMAÇÃO.....	20
9 A MILITAR GESTANTE.....	21
10 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as normas gerais referentes às condições de matrícula, desistência definitiva, desligamento do curso, rematrícula, aprovação, diplomação, certificação, desempenho escolar e demais atos relacionados ao Curso de Especialização do Quadro Especial de Sargentos (CEQESA), Curso de Especialização de Graduados (CEG), Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Curso de Aperfeiçoamento Avançado (CAA) e Curso de Estudos Avançados para Graduados (CEAG), realizados pela Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR).

1.2 ÂMBITO

Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR).

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 ALUNO

Militar ou civil matriculado em uma Organização de Ensino (OE) com a finalidade de realizar um curso ou estágio. Também denominado discente, instruendo ou estagiário. Sua situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas estão reguladas pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

1.3.2 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Plataforma ou *software* que proporciona o desenvolvimento do ensino a distância, tanto para cursos *online*, quanto semipresenciais, podendo ser de instituição de ensino contratada ou próprio da Força Aérea Brasileira (FAB).

1.3.3 CAPACIDADE REAL

Número máximo de alunos que podem ser matriculados em cada curso ou estágio, de forma que as Escolas possam cumprir sua missão em função das limitações impostas pelos meios disponíveis.

1.3.4 COGITAÇÃO

Fase do processo que, obedecidas às condições estabelecidas pela Administração, relaciona os militares para participar de seleção e identificação de requisitos que o habilitem a receber a ordem de matrícula para determinado curso ou estágio, em determinado período letivo.

1.3.5 COMISSÃO FISCALIZADORA (CF)

Militares do Comando da Aeronáutica, designados pelo Comandante da OM do militar matriculado para coordenar e fiscalizar a execução de determinadas etapas de um certame, de acordo com instruções pré-estabelecidas pela Diretoria de Ensino (DIRENS).

1.3.6 CURRÍCULO MÍNIMO (CM)

Documento que estabelece o conteúdo programático mínimo a ser desenvolvido para determinado curso ou estágio.

1.3.7 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DO QUADRO ESPECIAL DE SARGENTOS (CEQESA)

Destinado aos Terceiros-Sargentos da ativa do QESA. Tem por finalidade ampliar conhecimentos sobre liderança militar, tecnologia da informação e execução de trabalhos administrativos. É ministrado na modalidade de Educação a Distância (EAD), em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) determinado pela EEAR. Seu conteúdo e duração estão estabelecidos em Currículo Mínimo (CM) aprovado pela DIRENS.

1.3.8 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GRADUADOS (CEG)

Tem por finalidade consolidar os conhecimentos acadêmicos, técnicos e militares dos Terceiros-Sargentos recém-formados do Curso de Formação de Sargentos (CFS) e do Estágio de Adaptação à Graduação de Sargentos (EAGS) na EEAR. É ministrado na modalidade EAD, em AVA determinado pela EEAR. Seu conteúdo e duração estão estabelecidos em CM aprovado pela DIRENS.

1.3.9 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS (CAS)

Tem por finalidade aperfeiçoar profissionalmente os Primeiros-Sargentos e Segundos-Sargentos da Aeronáutica, proporcionando visão abrangente da administração militar e o desenvolvimento de capacidades para a tomada de decisão e o assessoramento no seu nível de atuação. É ministrado na modalidade EAD, em AVA determinado pela EEAR. Seu conteúdo e duração estão estabelecidos em CM aprovado pela DIRENS.

1.3.10 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO AVANÇADO (CAA)

Destinado aos Primeiros-Sargentos da ativa da Aeronáutica. Tem por finalidade aperfeiçoar conhecimentos e desenvolver capacidades voltadas à liderança, ao pensamento crítico-reflexivo, visando preparar o militar para a transposição do contexto técnico-operacional para o de assessoria-gestão a ser consolidado no CEAG. É ministrado na modalidade EAD, em AVA determinado pela EEAR. Seu conteúdo e duração estão estabelecidos em CM aprovado pela DIRENS.

1.3.11 CURSO DE ESTUDOS AVANÇADOS PARA GRADUADOS (CEAG)

Destinado aos Suboficiais da ativa da Aeronáutica. Tem por finalidade consolidar estudos, capacidades voltadas ao gerenciamento, mediação de equipes e assessoramento. Contribui para ampliar sua visão sistêmica e analítica, bem como as capacidades de observação e reflexão crítica. É ministrado na modalidade EAD, em AVA determinado pela EEAR. Seu conteúdo e duração estão estabelecidos em CM aprovado pela DIRENS.

(NR) – Portaria DIRENS Nº 264/DPE, DE 3 DE AGOSTO DE 2022.

1.3.12 DESEMPENHO ESCOLAR

Desempenho global do aluno em sua vida escolar, abrangendo os aspectos intelectual, profissional, moral, militar e de aptidão física.

1.3.13 DESLIGAMENTO DO CURSO

Ato administrativo pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma Organização Militar (OM). O desligamento pode ocorrer por transferência, classificação, designação, matrícula em escola, curso e/ou estágio, licenciamento do serviço ativo, transferência para a reserva remunerada, dispensa do serviço ativo, reforma, desincorporação, anulação de incorporação, demissão e falecimento.

(NR) – Portaria DIRENS Nº 264/DPE, DE 3 DE AGOSTO DE 2022.

1.3.14 DOCENTE

Militar ou civil qualificado, designado para ministrar aulas em cursos ou estágios no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER). Também denominado Instrutor ou Professor.

1.3.15 ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

Ação que utiliza qualquer canal de comunicação que permita a chegada de estímulos que facilitem a ocorrência da aprendizagem, estando docentes e discentes separados uns dos outros no tempo e no espaço.

1.3.16 FORÇAS AUXILIARES

Para efeito exclusivo desta norma, esta designação abrange os seguintes órgãos de segurança pública: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

1.3.17 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

Processo cuja finalidade é definir aqueles que deverão ser convocados, dentre os cogitados, considerando o número de vagas fixado para os cursos e estágios, e desde que satisfaçam as demais condições previstas nesta ICA e nas Instruções Reguladoras de cada Quadro. Para fins desta instrução, não serão considerados os aspectos apreciados pela Junta Especial de Avaliação (JEA), tendo em vista os cursos de Pós-formação não possuírem tal JEA.

1.3.18 MATRÍCULA

Ato de Admissão para os cursos e estágios, por meio de publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), sob a responsabilidade da EEAR, para os alunos que se apresentarem para a realização do curso ou estágio.

1.3.19 ORDEM DE MATRÍCULA

Ato que determina a matrícula dos militares selecionados e habilitados para a realização do curso ou estágio, de acordo com as normas em vigor.

1.3.20 PLANO DE AVALIAÇÃO (PAVL)

Documento que contém o detalhamento da sistemática de avaliação do ensino, relativos aos cursos ministrados, nos cinco campos da avaliação (avaliação da instrução, do corpo docente, do currículo, dos meios de avaliação e do corpo discente).

1.3.21 PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUD)

Documento que desdobra detalhadamente os conteúdos das unidades didáticas das disciplinas que compõem os cursos ministrados.

1.3.22 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso que apresenta características de um projeto, no qual são definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso, procedimentos de avaliação, instrumentos normativos de apoio, entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição.

1.3.23 REMATRÍCULA

Ato do Comandante da OE que readmite o aluno no curso ou estágio, depois de cessado o motivo do seu desligamento.

1.3.24 SELEÇÃO

Processo que visa selecionar os militares que estarão habilitados à matrícula nos cursos pela Organização de Ensino.

1.4 SIGLAS E ABREVIATURAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
BI	Boletim Interno
CAA	Curso de Aperfeiçoamento Avançado
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CEAG	Curso e Estudos Avançados para Graduados
CEG	Curso de Especialização de Graduados
CEQESA	Curso de Especialização do Quadro Especial de Sargentos
CF	Comissão Fiscalizadora
CM	Currículo Mínimo
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
CPG	Comissão de Promoção de Graduados
DIRENS	Diretoria de Ensino da Aeronáutica
DIRSA	Diretoria de Saúde
EAD	Ensino à Distância
EEAR	Escola de Especialistas de Aeronáutica
NOREG	Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios de Pós-Formação da Escola de

	Especialistas de Aeronáutica
OE	Organização de Ensino
OM	Organização Militar
PAVL	Plano de Avaliação
PATD	Processo de Apuração de Transgressão Disciplinar
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RDAER	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica

1.5 APLICABILIDADE

A presente Instrução aplica-se ao CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG.

1.6 COMPETÊNCIAS

1.6.1 COMPETE À DIRENS:

- a) analisar e aprovar as propostas de edição, revisão e modificação da NOREG, Portarias do CM e do PAVL ou do PPC, referentes ao CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG elaboradas pela Organização de Ensino (OE), publicando-as em BCA; e
- b) proceder à cogitação e à ordem de matrícula dos cursos da EEAR.

1.6.2 COMPETE À EEAR:

- a) planejar, coordenar, executar e avaliar o CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, de acordo com as normas, as instruções e os planos aprovados;
- b) elaborar e encaminhar à DIRENS, para aprovação, as propostas de atualização, alteração ou modificação da NOREG, dos CM e PAVL ou PPC, relativos ao CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG;
- c) elaborar, atualizar e publicar em Boletim Interno (BI) o CM e PAVL ou PPC do CEQESA, CEG, CAS, CAA, CEAG, aprovados pela DIRENS;
- d) informar à DIRENS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o início do curso, o não registro do aluno no AVA para o curso em EAD e a não efetivação de sua matrícula;
- e) publicar em BCA a relação dos alunos matriculados no CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG;
- f) efetivar a matrícula, a aprovação ou reprovação, a conclusão ou desligamento do curso dos alunos do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, conforme as normas em vigor;
- g) publicar em BCA a relação dos alunos que concluíram o CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, com ou sem aproveitamento;
- h) disponibilizar no AVA da EEAR, para *download*, os Diplomas e Históricos Escolares do CEQESA e do CEG;
- i) disponibilizar no AVA da EEAR, para *download*, os Diplomas, Históricos Escolares e Certificados de Honra ao Mérito dos concludentes do CAS, CAA e CEAG; e

- j) remeter informações à DIRENS, a qualquer tempo, sobre as alterações relativas à permanência dos alunos nos cursos.

1.6.3 COMPETE À OM DO ALUNO:

- a) tomar conhecimento, por meio do BCA, da Ordem de Matrícula dos militares que realizarão o CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG;
- b) designar uma Comissão Fiscalizadora (CF) no CAS para aplicação das provas, conforme as instruções contidas na ICA 37-813; e
- c) remeter informações à DIRENS e à EEAR, a qualquer tempo, sobre as alterações relativas à permanência dos militares nos cursos.

1.6.4 COMPETE AO MILITAR COM ORDEM DE MATRÍCULA:

- a) tomar conhecimento das orientações relativas ao CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, conforme ordem de matrícula publicada em BCA;
- b) registrar-se no AVA do site da EEAR para confirmação de matrícula no curso;
- c) dar conhecimento à sua Chefia sobre o registro no AVA para o início do curso;
- d) o militar com Ordem de Matrícula que estiver realizando missão oficial no exterior deverá, no momento de seu registro no AVA, informar à EEAR, através do próprio AVA, a localidade onde realizará a prova e comunicar à sua Chefia sobre as responsabilidades previstas na ICA 37-813, quanto à fiscalização da prova; e
- e) tomar conhecimento da Portaria específica, expedida pela DIRENS, que dispõe sobre o processo de cogitação, ordem de matrícula e rematrícula para os Cursos de Pós-Formação na EEAR.

2 CONDIÇÕES PARA A ORDEM DE MATRÍCULA NOS CURSOS DE PÓS-FORMAÇÃO

As condições para ordem de matrícula nos Cursos estão definidas em Portaria específica, expedida pela DIRENS, que dispõe sobre o processo de cogitação, ordem de matrícula e rematrícula para os Cursos de Pós-Formação na EEAR.

3 MATRÍCULA

3.1 Para os Cursos CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, a EEAR encaminhará proposta de Ordem de Matrícula à DIRENS, tendo como base a relação dos militares cogitados pela EEAR, ordenada por OM e de acordo com os parâmetros de planejamento de pessoal estabelecidos pelo COMGEP.

3.2 A DIRENS expedirá a Ordem de Matrícula para o CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG dentro do número de vagas planejadas, encaminhando-a para publicação em BCA.

3.3 Não será matriculado o militar que, na data da matrícula, esteja incurso em uma das seguintes condições:

- a) em gozo de licença de qualquer natureza que venha a impedir a realização do curso, conforme o artigo 67 do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980); e
- b) agregado, na data da matrícula, ao respectivo quadro pelas razões mencionadas na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), exceto nos incisos I e II do Artigo 81 e nos incisos XII e XIII do Artigo 82.

3.4 A matrícula, decorrente de Ordem de Matrícula da DIRENS ou proveniente de Decisão Judicial, será homologada por ato do Comandante da EEAR, mediante publicação em BCA.

3.5 As matrículas nos cursos de Pós-Formação na EEAR, decorrentes da ordem de matrícula da DIRENS, serão efetivadas pelo registro no AVA do curso, por parte do militar designado.

3.6 O militar com ordem de matrícula publicada em BCA que não se registrar no AVA não será matriculado no curso, sendo responsável pelas consequências administrativas e disciplinares decorrentes.

3.6.1 Caso o militar não tenha sido matriculado em decorrência do item 3.6, poderá realizar recurso para ser matriculado no curso, encaminhando requerimento ao Diretor de Ensino, por meio da cadeia de comando, dentro de no máximo 15 (quinze) dias corridos após a data de início do curso, na modalidade EAD. A DIRENS analisará o processo e emitirá parecer final sobre o tema.

3.6.1.1 O militar que obtiver parecer favorável no recurso interposto será cogitado para o próximo curso, não lhe sendo facultada a possibilidade de adiamento do mesmo.

3.6.1.2 O militar que obtiver parecer desfavorável no recurso interposto ficará impossibilitado de realizar os Cursos de Pós-Formação na EEAR.

3.7 As matrículas serão homologadas por ato do Comandante da EEAR, mediante publicação em BCA.

4 DESISTÊNCIA DEFINITIVA DURANTE O CURSO

Além das condições previstas na Portaria específica, expedida pela DIRENS, que dispõe sobre o processo de cogitação, ordem de matrícula e rematrícula para os Cursos de Pós-Formação na EEAR, serão considerados como desistência definitiva os casos em que o militar não solicitar recurso para a sua matrícula ou rematrícula ou solicitá-lo fora do prazo previsto no item 3.6.1 desta Instrução.

5 ACOMPANHAMENTO DO CORPO DISCENTE DURANTE O CURSO

5.1 A EEAR acompanhará o desempenho dos alunos nos módulos a distância dos cursos da Escola.

5.2 O Comandante da EEAR deliberará sobre os casos que envolvam problemas de desempenho acadêmico nas seguintes situações:

- a) por motivo de saúde, quando o aluno apresentar restrições para o pleno acompanhamento das atividades no AVA;
- b) quando comprovados prejuízos ao aprendizado do aluno, em virtude de eventuais intercorrências detectadas na instrução ou no desempenho acadêmico; e
- c) quando comprovada a superveniência de motivo de força maior que prejudique o desempenho do aluno.

6 DESLIGAMENTO DO CURSO

6.1 O desligamento do aluno do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG será efetivado por ato do Comandante da EEAR e publicado em BCA, observadas as peculiaridades de cada curso e, ainda, aquelas cabíveis em função da OM ou Instituição de origem do aluno, nos seguintes casos:

- a) por falecimento;
- b) por insuficiente aproveitamento, conforme estabelecido no PAVL ou PPC da EEAR;
- c) por motivo de saúde, de acordo com parecer emitido por Junta Regional ou Superior de Saúde da Aeronáutica, por qualquer condição de incapacidade, independente de homologação da Diretoria de Saúde (DIRSA);
- d) por deixar de realizar o mínimo das atividades autoinstrucionais disponíveis no AVA durante o curso, conforme estabelecido no PAVL ou PPC da EEAR;
- e) por deixar de realizar as provas e/ou atividades avaliadas, de acordo com o PAVL ou PPC da EEAR;
- f) por passar à situação de agregado, pelas razões mencionadas nos incisos do Artigo 82, exceto os incisos XII e XIII, da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares;
- g) por inclusão no insuficiente ou no mau comportamento, de acordo com o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER);
- h) por utilizar ou tentar utilizar meios ilícitos na realização de qualquer trabalho avaliado, comprovado após apuração em Sindicância ou Processo de Apuração de Transgressão Disciplinar (PATD);
- i) por apresentar inaptidão ou incompatibilidade à condição de aluno através do cometimento de atos que comprometam os valores, os deveres e a ética militar, conforme definidos no Estatuto dos Militares, comprovado após apuração em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;
- j) por condenação em virtude de crime militar ou comum, logo que a sentença transite em julgado;
- k) a pedido do interessado, por meio de requerimento ao Comandante da EEAR;
- l) por desligamento da OM em que serve, em função de transferência para a reserva ou reforma;
- m) por assumir função ou cargo decorrente de aprovação em concurso público, mesmo que para estágio probatório;
- n) por motivo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, em consonância com as normas em vigor;
- o) por motivo de licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;
- p) por licença maternidade, paternidade ou adoção;
- q) por licença para tratar de interesse particular; e

- r) a pedido do(a) interessado(a), comunicado por meio de mensagem telegráfica encaminhada da OM do(a) militar(a) à DIRENS e à EEAR, por motivo de gravidez, núpcias e luto.

6.2 Todos os desligamentos dos cursos deverão ser informados pela EEAR à DIRENS, à Comissão de Promoção de Graduados (CPG) e à OM de origem do aluno.

(NR) – Portaria DIRENS Nº 264/DPE, DE 3 DE AGOSTO DE 2022.

7 REMATRÍCULA

7.1 O processo de matrícula do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, estão normatizados em Portaria específica, expedida pela DIRENS, que dispõe sobre o processo de cogitação, ordem de matrícula e matrícula para os Cursos de Pós-Formação na EEAR.

7.2 O militar matriculado deverá cumprir integralmente as atividades e os critérios estabelecidos no PAVL e no CM ou no PPC em vigor.

8 APROVAÇÃO E DIPLOMAÇÃO

8.1 A aprovação do aluno nos cursos do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas nesta Norma e no respectivo PAVL ou PPC.

8.2 A conclusão com aproveitamento do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, cumpridos os requisitos previstos no PAVL ou PPC, será efetivada por ato do Comandante da EEAR e publicada no BCA.

8.3 Aos alunos aprovados serão conferidos pelo Comandante da EEAR, os Diplomas ou Certificados correspondentes e os Históricos Escolares. Estes serão disponibilizados para *download* no AVA, após a publicação de conclusão do curso.

8.4 Os dez alunos primeiros colocados no CAS, CAA e CEAG farão jus ao Certificado de Honra ao Mérito.

8.5 No caso de reprovação, somente será conferido o Histórico Escolar do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, mediante solicitação do interessado, via requerimento, ao Comandante da EEAR.

9 A MILITAR GESTANTE

9.1 A OM da aluna que estiver cogitada ou matriculada para o CEG, CAS, CAA e CEAG, e apresentar estado gravídico, deverá comunicar imediatamente a sua situação à DIRENS e à EEAR.

9.2 Excepcionalmente, não havendo prejuízo à gestação nem incompatibilidade com as instruções, a aluna poderá requerer sua permanência no curso através de documento oficial enviado à DIRENS e poderá permanecer cumprindo as atividades até a conclusão do curso.

9.3 Caso a militar entre de licença maternidade antes do término do curso, a OM da aluna deverá comunicar imediatamente a sua situação à DIRENS e à EEAR e a mesma deverá ser desligada, sendo garantido o seu retorno, por uma única vez, no início do curso subsequente ao término de sua licença maternidade.

9.4 No caso de interrupção da gestação, caberá à aluna comunicar tal fato ao Comandante da sua OM, DIRENS e EEAR a fim de que sejam iniciados os procedimentos para a matrícula no Curso subsequente, conforme Portarias específicas, expedidas pela DIRENS, que dispõe sobre o processo de cogitação, ordem de matrícula e matrícula para os Cursos de Pós-Formação da EEAR.

9.5 A militar deverá requerer sua cogitação ou ordem de matrícula ao curso do qual foi desligada imediatamente ao final da licença maternidade, conforme Portarias específicas, expedidas pela DIRENS, que dispõem sobre o processo de cogitação, ordem de matrícula e matrícula para os cursos na EEAR.

9.6 A OM da militar gestante ou em licença maternidade que estiver cogitada para o CAS, CAA ou CEAG, e desejar não ser matriculada deverá comunicar imediatamente, por meio de documento, a sua situação à DIRENS e à EEAR.

9.7 A OM da aluna com ordem de matrícula ou matriculada no CEG, CAS, CAA ou CEAG e que desejar ser desligada deverá comunicar imediatamente, por meio de documento, a sua situação à DIRENS e à EEAR.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Os períodos dos cursos desta instrução estão previstos na TCA 37-14, Cursos e Estágios do COMGEP e no Calendário Escolar da EEAR.

10.2 O CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG poderão ter seus objetivos, prazos, critérios e demais informações fixados nos atos que determinarem sua realização.

10.3 Para a realização do CEQESA, CEG, CAS, CAA e CEAG, a DIRENS recomenda-se aos Diretores, Chefes e Comandantes de OM, a disponibilização ao aluno de 8 (oito) horas semanais de estudo durante o expediente, podendo esse tempo ser flexibilizado em caso de necessidade da administração. Excetuam-se, deste tempo para o estudo, os militares que cumprirem expediente por escala.

10.4 Os cursos da EEAR não preveem a situação de dependência e nem de repetência de disciplina(s).

10.5 A EEAR deverá encaminhar à DIRENS o relatório final das avaliações/críticas dos cursos.

10.6 Os casos excepcionais serão submetidos ao Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Ensino da Aeronáutica e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945 e as Leis nº 1.601, de 12 de maio de 1952 e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 05 ago. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12464.htm. Acesso em: 13 dez. 2021

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 11 dez. 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 15 dez. 2021

BRASIL. Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3690.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993. Aprova o Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 24 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0881.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. Aprova o Disciplinar da Aeronáutica (RDAER). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 23 set. 1975. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D76322.htm. Acesso em: 15 dez. 2021

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 01/DPL, de 20 de agosto de 2019. Aprova a edição da Instrução que estabelece o Currículo Mínimo do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) – ICA 37-814. **Boletim do Comando da Aeronáutica:** Rio de Janeiro, RJ, n. 150, 26 ago. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 49/DPE, de 20 de março de 2020. Aprova a reedição da Instrução que estabelece o “Currículo Mínimo do Curso de Especialização de Graduados” – ICA 37-828. **Boletim do Comando da Aeronáutica:** Rio de Janeiro, RJ, n. 050, 26 mar. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 2/DPL, de 20 de agosto de 2019. Aprova a edição da Instrução que estabelece o “Currículo Mínimo do Curso de Estudos Avançados para graduados” – ICA 37-815. **Boletim do Comando da Aeronáutica:** Rio de Janeiro, RJ, n. 150, 26 ago. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 76/SFA, de 04 de maio de 2021. Aprova a primeira modificação da Instrução que estabelece o “Plano de Avaliação dos Cursos e Estágios da Escola de Especialistas de Aeronáutica – Vol. IV” – MCA 37-21. **Boletim do Comando da Aeronáutica:** Rio de Janeiro, RJ, n. 084, 07 maio 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Ensino. Escola de Especialista de Aeronáutica. Portaria EEAR nº 93/CMDO, de 20 de agosto de 2008. **Boletim do Comando da Aeronáutica**: Rio de Janeiro, RJ, n. 99, 23 maio 2012.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Ensino. **Currículo Mínimo do Curso de Especialização do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica**. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Padrão de desempenho de Especialidade do Quadro de Suboficiais e Sargentos – MCA 36-9. **Boletim do Comando da Aeronáutica**: Rio de Janeiro, RJ, n. 062, 06 abr. 2021.